



CSU CardSystem S.A. | CNPJ nº 01.896.779/0001-38

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

### CSU Contact

Conjunção de iniciativas que visam acelerar o retorno sobre os investimentos e garantir o crescimento sustentado dessa plataforma, incluindo a contratação de profissionais experientes para formação de equipes multidisciplinares de áreas como Recursos Humanos, Qualidade, Finanças, Operações, Infraestrutura e Tecnologia, além da modernização tecnológica das operações e lançamento de novas ofertas.

### DESEMPENHO DO PERÍODO

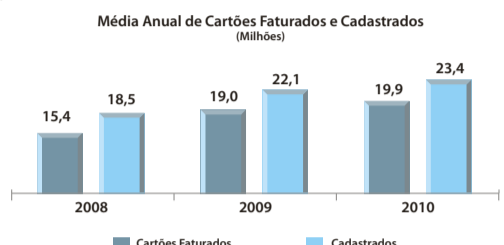
Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as normas, revisões e interpretações emitidas pelo CPC que, no caso da CSU, estão plenamente de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB. O efeito dessa adoção plena no resultado de 2010 é a redução dos montantes de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis pela revisão das vidas úteis econômicas, que representam redução no custo do serviço e em despesa de depreciação em R\$ 7.964 milhões e R\$ 1.063 milhão, respectivamente, e aumento no valor desses ativos baixados em R\$ 0,479 milhão.

### CSU CardSystem

No ano de 2010, foram emitidos pela CSU CardSystem 3,9 milhões de cartões. Na média, a unidade de meios eletrônicos de pagamentos possuía, em 2010, 23,4 milhões de plásticos cadastrados na base, número que representa aumento de 5,3% em relação à média de 2009, mesmo considerando a saída do Banco Nossa Caixa, já comentada anteriormente. Este fato foi o principal causador da redução de 4,6% na linha de receita líquida da unidade de meios de pagamento individualmente. Ao final do exercício, a base total de cartões da CSU somava 20,6 milhões.

A CSU terminou o ano com 6 projetos de cartões em implantação, os quais devem garantir cerca de 4 milhões de cartões adicionais para a base ao longo do ano de 2011, além do crescimento orgânico.

O início da prestação de serviços para o segmento de aquisição também deve contribuir para a evolução da Companhia nos próximos anos. Para o Banrisul, foram desenvolvidos serviços visando atender altos padrões de qualidade com todo o dinamismo exigido pelo segmento. A CSU está posicionada para apresentar este primeiro caso de sucesso e atrair novos clientes.



Outro ponto positivo foi que, em 2010, a base de cartões adquiriu um perfil mais diversificado na sua composição, por conta das altas taxas de crescimento experimentadas pelos cartões emitidos por grandes redes varejistas, financeiras e seguradoras. Tal diversificação é uma tendência também para 2011, à medida que os cartões dos novos projetos mencionados anteriormente foram incorporados à base CSU.

### CSU Contact

A unidade de negócios ligados ao *contact center* iniciou seu processo de recuperação ao longo de 2010 e voltou a crescer seu número de posições de atendimento, encerrando o ano com receitas similares às do ano anterior. Durante o ano, a CSU Contact se reestruturou, renovou seu portfólio de ofertas, reforçou o relacionamento com os atuais clientes e se relacionou perante o mercado.

A CSU dispõe hoje das melhores instalações físicas e tecnológicas do mercado, em termos de infraestrutura e operações. Localizado em Barueri, na Grande São Paulo e denominado Alphaview, o *site* concentra tecnologia de ponta e ótimo ambiente de trabalho para uma operação de *contact center*, resultando em alta produtividade e eficiência operacional.

Para consolidar a lucratividade e dar continuidade ao plano de expansão da CSU Contact, a Companhia executou investimentos e melhorias operacionais concretas. As reestruturções organizacionais resultaram em expressivas conquistas comerciais já realizadas ao longo do último trimestre de 2010. A Companhia desenvolveu e aprimorou suas ofertas, com destaque para soluções em BPO e cobrança, especialmente desenhadas para atender aos setores financeiros e de telecomunicações, maiores contratantes destes tipos de serviços.

Todos estes importantes ajustes representam um impacto inicialmente no aumento das linhas de custos e despesas, com geração de maiores receitas somente em um segundo momento. Assim, a Administração trabalha com expectativa de melhorias na rentabilidade a partir do segundo trimestre de 2011.

A operação da CSU Contact terminou o ano de 2010 com a seguinte configuração:

	4T09	1T10	2T10	3T10	4T10
Posições de Atendimento	3.494	3.268	3.248	3.468	3.757

### EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

Em 2010, a CSU apresentou estabilidade na geração de EBITDA, mesmo com a redução nas receitas em R\$ 3,8 milhões. O saldo de caixa, ao final do exercício, somava R\$ 30,1 milhões. Assim sendo, houve expansão da margem EBITDA de 0,4 p.p., alcançando 20,4% no período.

Analisando-se este resultado por unidade de negócios, a CSU CardSystem apresentou redução em quase todas as suas linhas de custos, e gerou um EBITDA acumulado de R\$ 83,8 milhões em 2010, com crescimento de 11,1% em comparação com 2009. Pelas razões já explicadas anteriormente, combinadas com o fato de os custos da CSU Contact terem sido impactados por uma operação deficitária de cerca de 500 PAs (operação esta que foi descontinuada neste primeiro trimestre de 2011), o EBITDA gerado pela unidade CSU Contact ficou negativo em R\$ 5,8 milhões no mesmo período.

Em compensação, o lucro líquido da Companhia cresceu 94,6% em 2010 quando comparado com o ano anterior, e atingiu R\$ 33,1 milhões também por conta dos impactos gerados pela adoção integral das normas, revisões e interpretações emitidas pelo CPC, já descrita neste relatório. Considerando o número 47.478.797 de ações em circulação (48.571.597 total menos 1.092.800 em tesouraria), o lucro por ação no ano foi de R\$ 0,69, um retorno de 10% sobre o preço da ação ao final do exercício. A margem líquida se expandiu consideravelmente, passando de 4,3% em 2009 para 8,6% em 2010.

R\$ mil	2010	% RL	2009	% RL	Δ%
Lucro Líquido	33.052	8,6%	16.985	4,3%	94,6%

### GERAÇÃO DE CAIXA

A dívida bruta da CSU, ao final de 2010, era de R\$ 53,9 milhões, uma redução de 18,9% quando comparada a dezembro de 2009. Por conta da forte geração de caixa operacional no período, a dívida líquida somou R\$ 23,8 milhões. O saldo de caixa, ao final do exercício, somava R\$ 30,1 milhões.

A CSU não possui dívidas em moeda estrangeira, e não se utiliza de instrumentos derivativos. Seu caixa está aplicado em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de bancos de primeira linha e pode ser utilizado para fazer frente às oportunidades de investimento dentro do plano de crescimento da Companhia.

### INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2010, o montante investido pela CSU somou R\$ 28,7 milhões, equivalente a 7,5% da receita do ano.

ACSU manteve os investimentos em desenvolvimento e customização da sua plataforma responsável pelo processamento e administração de cartões. Os investimentos têm o objetivo de atender aos requisitos de segurança periodicamente atualizados pelas bandeiras, lançar novos produtos e serviços, e customizar os aplicativos de acordo com as necessidades dos novos clientes.

Tendo terminado os investimentos mais substanciais para consolidar duas localidades de *contact center* (São André e Alphaville) ao final de 2009 em um só (Alphaville), o aumento dos investimentos na CSU Contact se deu pela aquisição de equipamentos adicionais necessários para a operacionalização de novos contratos, vinculados à geração de novos receitas.

### Caros Acionistas,

A Administração da CSU CardSystem S.A. ("CSU") submete à apreciação dos Senhores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

### PERFIL DA COMPANHIA

A CSU é a maior processadora independente de meios eletrônicos de pagamento da América Latina. Sua abertura de capital, em abril de 2006, posicionou a CSU dentre as companhias que adotam melhores práticas de governança corporativa, no Novo Mercado da BM&FBovespa (CARD3). A Companhia possui 20 anos de atuação no segmento de administração e processamento para emissores de cartões, sempre investindo fortemente em tecnologia e contribuindo de forma pioneira para a evolução da indústria no Brasil. A CSU também está posicionada nos segmentos de *contact center* e marketing de relacionamento, através das divisões CSU Contact e da CSU MarketSystem, respectivamente. Em 2010, a Companhia lançou a plataforma CSU Acquirer, para prestar serviços de processamento para empresas adquirentes. O Instituto CSU, com vocação direcionada à inclusão digital, desenvolve jovens e adultos como parte dos projetos de responsabilidade social da Companhia.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A CSU encerrou 2010 com importantes conquistas, que deverão responder por significativa parte do nosso crescimento nos próximos anos. As demonstrações financeiras evidenciam a forte geração operacional de caixa, o que permitiu não só a manutenção dos investimentos, mas também a primeira distribuição de dividendos aos acionistas desde a abertura de capital ocorrida em 2006. Um passo fundamental para consolidar a liderança da CSU foi dado ao longo do último exercício. Antecipando-se a uma oportunidade histórica - a abertura do mercado de aquisição no País - a Companhia lançou a plataforma CSU Acquirer, tornando-se a primeira processadora independente também para adquirentes, responsáveis pelo credenciamento de estabelecimentos comerciais na rede de aceitação de meios eletrônicos de pagamento. Em 01 de março de 2011, entrou em operação o primeiro contrato, celebrado com o Banrisul, com expectativa de receitas crescentes ao longo do ano. Outras empresas que buscam a entrada no segmento de credenciamento, inclusive com operações globais, podem ser clientes em potencial da CSU, uma vez que seus investimentos iniciais e velocidade de conquista de *market share* podem ser otimizados com a terceirização do processamento.

A agilidade e a eficiência com que a empresa tem conseguido aproveitar as novas oportunidades que surgem no mercado e o forte crescimento da indústria brasileira de meios de pagamento são resultado do investimento realizado ao longo dos últimos anos em tecnologia e inteligência de negócios (Business Intelligence - BI). A CSU detém uma plataforma tecnológica robusta, flexível e totalmente aderente à realidade e sofisticação do mercado brasileiro e oferece uma diversidade de soluções sob medida para vários segmentos, especialmente varejistas e instituições financeiras. Em 2010, importantes contratos de processamento de meios eletrônicos de pagamento foram renovados, incluindo com o Banrisul, banco do Rio Grande do Sul e o Banestes, do Espírito Santo. Além disso, foram fechados novos contratos com a administradora de cartões Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo e com o Supermercado ABC, atuante no interior de Minas Gerais, o que permite à CSU ter um cliente referência dentro da Rede Brasil, importante associação de supermercadistas.

A CSU CardSystem também conquistou novo contrato para processamento dos cartões do Triband, o Grupo Martins. O acordo é extensão de um projeto de rentabilização da base de clientes portadores do cartão TriCard, bandeira própria da instituição financeira. A CSU também ficará encarregada da operação do cartão Triband MasterCard. A migração completa e imediata de um total de 2,5 milhões de cartões para a base da CSU CardSystem está em vias de ser concluída neste início de 2011.

Em setembro de 2010, a CSU recebeu a importante certificação PCI DSS - Payment Card Industry Data Security Standard (Padrão de Segurança de Dados para a Indústria de Cartões de Pagamento). A certificação do PCI significa o atingimento e garantia de elevados padrões de segurança utilizados no processamento de meios de pagamento, atendendo a requisitos mundiais de segurança exigidos pelas bandeiras e permitindo a oferta das melhores e mais seguras soluções ao mercado.

Ainda como valor agregado aos clientes, a CSU dispõe de uma plataforma de marketing de relacionamento designada CSU MarketSystem, com uma ampla oferta de soluções e serviços, incluindo programas de fidelidade e de rentabilização da base de clientes.

Já no segmento de *contact center*, por meio da unidade de negócios CSU Contact - gestora das centrais de atendimento a clientes, cobrança e televendas - também houve significativos avanços. A CSU fortaleceu sua estrutura organizacional e repositicionou sua oferta de soluções integradas, com destaque para a cobrança e BPO (Business Process Outsourcing, ou terceirização de processo de negócio), de modo a proporcionar um crescimento rentável à CSU Contact.

Alinhada a essa estratégia, a área comercial foi fortalecida com profissionais especialistas, de larga experiência, com o desafio de posicionar a CSU entre as primeiras empresas do mercado brasileiro de *contact center*.

Como exemplos bem sucedidos de conquista de novos clientes desta unidade, destacam-se grandes corporações como Telefonica e EDP. E-pharma e ACE Seguros, além de expansão dos serviços oferecidos a clientes da base, entre eles, a operadora de TV por assinatura Net.

A CSU registrou lucro líquido de R\$ 33,1 milhões, um crescimento de 94,6% ano-a-ano, segundo recorde anual consecutivo. Com a implementação bem sucedida de um programa de gestão de custos e aumento da rentabilidade, este foi um período de intensa geração de caixa, com ampliação da margem EBITDA de 0,4 p.p. e da margem bruta de 3,1 p.p. O EBITDA e o Lucro Bruto da Companhia, acumulados até 31 de dezembro de 2010, foram de R\$ 78,1 milhões e R\$ 114,5 milhões, respectivamente. A redução apresentada na receita líquida (R\$ 383,3 milhões em 2010 versus R\$ 394,8 milhões em 2009) é resultado principalmente da descontinuidade de um contrato relevante com a Nossa Caixa em virtude de ter sido adquirida pelo Banco do Brasil, que tem todo o seu processamento de transações eletrônicas feito internamente. Buscando uma maior diversificação de seus clientes, a CSU já tem novos contratos celebrados que, em conjunto, devem repor o volume de cartões processados para a Nossa Caixa ainda dentro do ano de 2011.

Assim, acreditando em sua capacidade de impulsionar o crescimento das receitas, com especial destaque para a operação de *contact center* de aquisição, a CSU manteve o ritmo de investimentos em tecnologia e recursos humanos para dar ainda mais robustez aos negócios. Ao mesmo tempo, a dívida líquida da Companhia passou de R\$ 55,5 milhões para R\$ 23,8 milhões, contribuindo positivamente para a redução de 41,4% nas despesas financeiras líquidas no ano de 2010.

Por fim, foi possível encerrar o exercício de 2010, gerando valor para a Companhia e com perspectivas positivas, já que a CSU iniciou 2011 em sólida posição para apresentar crescimento sustentado nos próximos anos.

### O ANO DE 2010 PARA A CSU

A economia brasileira seguiu em expansão, e números que encerraram 2010 mostram recuperação econômica e forte geração de empregos formais no país, além da maior bancarização e crescimento de renda entre as classes C, D, nas quais o uso de meios eletrônicos de pagamento pelas famílias ainda possui grande potencial de ampliação.

A Administração acredita que as perspectivas para o médio e longo prazos são positivas para a CSU. A força do mercado interno continua favorecendo o Brasil, com previsões consistentes para os setores nos quais a Companhia está inserida.

Para assegurar sua competitividade, a CSU fortaleceu diversos de seus fundamentos durante o ano de 2010, em suas diferentes linhas de receitas:

	Intensificação do ritmo de expansão comercial com foco em novos emissores de cartões, dentre varejo e instituições financeiras regionais ou especializadas em nichos de mercado.
<b>CSU.CardSystem</b>	
	Lançamento pioneiro da plataforma de aquisição, mercado que pode atingir relevância similar àquela representado pelos emissores de cartões, posicionando a CSU como a primeira processadora independente também para adquirentes, responsáveis pelo credenciamento de estabelecimentos comerciais na rede de aceitação de meios eletrônicos de pagamento.
<b>CSU.Acquirer</b>	
	Reposicionamento dos serviços e ofertas para o atendimento de todas as necessidades mercadológicas dos clientes em marketing de relacionamento.
<b>CSU.MarketSystem</b>	

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	30.080	10.988	1.598	14.273	17.483	17.975
Contas a receber de clientes (Nota 5)	47.746	44.190	49.687	15.190	19.319	49.722
Estoques (Nota 6)	1.311	1.213	2.093	10.539	10.568	12.913
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 12)	4.447	13.320	25.120	27.024	24.445	18.759
Demais tributos a compensar (Nota 12)	1.606	662	858	5.232	3.757	4.062
Outros	2.567	2.669	3.316	3.277	3.056	1.270
	87.757	73.042	82.672	6.950	1.686	
				362	77	567
				82.847	81.199	105.169
<b>Passivo não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	4.980	8.496	12.179	13.079	19.878	25.425
Arrendamento mercantil (Nota 10)	9.509	12.049	10.611	15.097	16.694	8.550
Passivos judiciais (Nota 15)	39.505	30.884	23.580	35.483	28.615	25.154
Tributos a recolher (Nota 12)	333	518	618	1.258	1.543	1.686
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) (Nota 14)	54.327	51.947	46.988	12.516	13.167	9.715
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Nota 18)				77.433	79.897	70.530
				160.280	170.160	175.699
<b>Patrimônio líquido, capital e reservas (Nota 17)</b>						
Capital social				129.232	129.232	129.232
Ações em tesouraria				(6.483)	(3.100)	(911)
Reserva de capital				220	154	55
Reservas de lucros				29.602	5.413	
Prejuízos acumulados						(9.886)
				152.571	131.699	119.401
				312.851	292.795	295.100
<b>Total do ativo</b>						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, apresentado em reais

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital 55	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados (9.886)	Total 119.401
				Retenção de lucros	Reserva legal		
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	129.232						
Total do resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício						16.985	16.985
Total do resultado abrangente do exercício	129.232		55			7.099	136.386
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 20)			99				99
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17)		(3.100)					(3.100)
Destinação do lucro (Nota 18)							
Constituição de reservas				4.046	355	(4.401)	
Dividendos propostos (por ações R\$ 0,0562)				1.012		(1.012)	(1.686)
Dividendo superior ao mínimo obrigatório - 25%				5.058		(7.099)	(6.687)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	129.232	(3.100)	154	5.058	355		131.699
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	129.232		154	5.058	355		131.699
Total do resultado abrangente do exercício						33.052	33.052
Lucro líquido do exercício						33.052	33.052
Total do resultado abrangente do exercício	129.232	(3.100)	154	5.058	355		164.751
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Dividendo aprovado em 2010, referente a 2009 - superior ao mínimo obrigatório				(1.012)			(1.012)
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 20)			66				66
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17)		(3.383)					(3.383)
Destinação do lucro (Nota 18)							
Constituição de reservas				7.936	1.652	(1.652)	
Dividendos propostos (por ações R\$ 0,1700)				15.613		(15.613)	(91)
Retenção de lucros						(91)	(91)
Complemento de dividendos ao mínimo obrigatório - 25%						(7.760)	(7.760)
Juros sobre o capital próprio (por ações R\$ 0,1633)						(12.180)	(12.180)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(3.383)	66	22.537	1.652	(33.052)	
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	129.232	(6.483)	220	27.595	2.007		152.571

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2010	2009	2010	2009
<b>Receitas</b>				
Prestação de serviços	412.777	426.452	(143.770)	(143.264)
Outras receitas	1.416	1.942	(106.809)	(101.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.388)	(7.039)	(27.203)	(32.728)
	410.805	421.355	(9.758)	(9.484)
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos			(76.817)	(81.909)
Remuneração direta			(65.977)	(70.196)
Benefícios			(425)	(911)
FGTS			(10.415)	(10.800)
Impostos, taxas e contribuições			(38.974)	(33.275)
Juros			(12.408)	(15.564)
Aluguéis			(25.912)	(13.089)
Gastos com reestruturação			(654)	(4.622)
Remuneração de capital próprio			(33.0	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. OUTRAS INFORMAÇÕES**

As operações da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, a gestão e operacionalização de teletendimento e televendas (*contact centers*), a prestação de serviços de cobrança e análise de crédito e o desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento e fidelização e, após o advento da ampliação de seu objeto social deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2010, a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento. A Companhia está sediada no Estado de São Paulo. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Diretoria ocorrida em 10 de março de 2011.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia de acordo com as normas, revisões e interpretações emitidas pelo CPC e IFRS. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, estão descritas na Nota 28.3.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais a Companhia seja parte *re*, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; mensuração da etapa de execução dos serviços não faturados, para fins de reconhecimento das respectivas receitas; projeção de resultados tributários futuros, para identificação da recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3.

**2.2. Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas em conformidade com os critérios internos formados pelo principal tomador das decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o real.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e investimentos com vencimentos originais de até três meses, com alta liquidez, mantidos em instituições financeiras e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**2.5. Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classificou todos os seus ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes", "demais contas a receber", "caixa e bancos" e "empréstimos e financiamentos", sendo contabilizados no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado.

**2.6. Impairment financeiro:** **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro pelo ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

As contas a receber de clientes a pagar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Durante os exercícios de 2010 e de 2011, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

**2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 6). A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

Um valor justo das contas a receber de clientes é registrado, inicialmente, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros da venda a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

**2.9. Estoques:** Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

**2.10. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado a seguir, que são revisadas e ajustadas (Nota 3.5), se apropriado, anualmente.

	2010	2009
Móveis e utensílios .....	9	10
Instalações .....	15	10
Equipamentos .....	9	10
Veículos .....	6	5
Benefícios em imóveis de terceiros .....	2 a 4	2 a 4
Computadores e periféricos .....	4	5

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em "Outras despesas operacionais líquidas", no momento da alienação.

O valor de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado.

**2.11. Intangíveis:** Os intangíveis estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da amortização e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável. **(a) Ágio:** O montante de ágio registrado no balanço foi apurado quando da incorporação dos acervos líquidos contábeis da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem e da Rial Sul S.A., pela diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido das sociedades adquiridas. O ágio está fundamentado em rentabilidade futura, tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008, no prazo de 213 meses. Os ativos intangíveis de aquisição pelo valor justo e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, a partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, mas sim a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.12. Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, no caso a CSU CardSystem, identificada de acordo com o segmento operacional. **(b). Programas de computador (softwares):** As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, conforme apresentado a seguir:

	2010	2009
Sistemas de processamento de dados .....	19	5
Sistemas de customização .....	24	22
Sistema ERP .....	19	10
Software Virion Plus .....	24	22
Cessão de direitos de uso de <i>software</i> .....	10	5
Outros .....	5	5

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com desenvolvimento diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais diretamente relacionadas.

**2.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação e demais ativos financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**2.13. Arrendamento mercantil:** Arrendamentos mercantis que são transferidos à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento financeiro e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, sendo depreciados ao longo de sua vida útil econômica. Os respectivos pagamentos são alocados parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, desta forma, sejam obtidas taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

Arrendamentos mercantis nos quais parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional e os respectivos pagamentos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento.

**2.14. Fornecedores:** Os passivos com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano e, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São incluídos no ativo líquido realizável pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

**2.15. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, quando então são classificados no passivo não circulante.

**2.16. Provisões:** As provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita, mensurada pelo valor presente dos gastos que serão necessários para liquidar a obrigação. Posteriormente, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.17. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando-se o método do passivo. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13), quais sejam aquelas quando espera-se que o respectivo imposto diferido ativo seja realizado ou quando o imposto diferido passivo seja liquidado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de rendas diferidos ativos e passivos são compensáveis quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

**2.18. Benefícios a empregados: (a) Gratificação a gestores:** O reconhecimento desta despesa é mensalmente efetuado com base em estimativas percentuais do Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAIJDA) ou do lucro líquido do período, o que for menor, de acordo com a aprovação do Conselho de Administração. **(b) Remuneração com base em ações:** A Companhia oferece a administradores e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia. A Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito adquirido em condições específicas, que devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital - opções de ações".

**2.19. Capital social:** As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido. O valor pago pela aquisição de ações de emissão da própria Companhia incluem quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, líquidos do imposto de renda, sendo deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas.

**2.20. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas disposições contidas no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

**2.21. Reconhecimento de receita: (a) Vendas de serviços:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços executados até a data base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

**2.22. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes, para estes últimos quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos de realização, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas e despesas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros pela fruição do prazo.

**2.23. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As interpretações e alterações de normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. Entretanto, não são esperados impactos relevantes para as operações atuais da Companhia. Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	Alterado para permitir que direitos, opções ou warrants para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seu próprio instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Especifique as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferce para aquelas entidades que adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos (Funding) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013
<b>2.24. Aprimoramentos aos IFRS em 2010:</b> As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.	<b>Principais exigências</b>	<b>Aplicações</b>
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	<b>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção:</b> Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável à Companhia.
	<b>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost):</b> Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa reavaliação ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2010. Não aplicável à Companhia.
	<b>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos):</b> As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para a <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável à Companhia.
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	<b>(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado:</b> Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgem de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável à Companhia.

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	<b>(b) Mensuração de participações não controladoras:</b> A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável à Companhia.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	<b>(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente:</b> A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.	Não aplicável à Companhia.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011. Aplicado prospectivamente.
IAS 31 - "Participações em Joint Ventures"	Especifica que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011. Não aplicável à Companhia.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"	Especifica que as consequências alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Joint Ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável à Companhia.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Especifica orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 a crescer as exigências de divulgação acerca de: "circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação"; transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; mudanças na classificação de ativos financeiros; e mudanças nos passivos e ativos contingentes.	1º de janeiro de 2011. Aplicado prospectivamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011. Não aplicável à Companhia.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

**3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na sua realização. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

**3.2. Provisões para passivos judiciais:** As provisões para passivos judiciais são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável à Companhia seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.3. Receita de prestação de serviços não faturada:** As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os clientes da Companhia. Enquanto em faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.

**3.4. Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:** Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A administração da Companhia elabora periodicamente, ao final de cada exercício, estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a 10 anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

**3.5. Vida útil de ativos não circulantes:** Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas. No exercício de 2010, a Companhia reavaliou a vida útil dos ativos não-circulantes em linha com o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e o ICP 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado" e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 4.1.1. Essa revisão resultou na alteração da vida útil dos ativos analisados, conforme apresentado na Nota 2.10 e 2.11, em diminuição da depreciação e amortização, sobre os bens integrantes do ativo imobilizado e intangível, apropriada no exercício de 2010 no montante total de R\$ 8.548, sendo R\$ 7.964 no custo do serviço, de R\$ 1.063 em despesas administrativas e de aumento no valor residual de bens baixados no valor de R\$ 479.

**3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** O ativo imobilizado, intangível e demais ativos, incluindo o saldo de ágio na aquisição de investimentos, são revisados anualmente, para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. O teste de recuperabilidade dos saldos dos imobilizados e Intangíveis é efetuado de acordo com o CPC 01, considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em premissas e projeções de crescimento, contidos no plano de negócios da Companhia.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos na data do balanço são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Esses saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Disponibilidades			
Caixas e bancos			
Bancos moeda nacional .....	1.997	10.988	1.596
Fundo fixo .....	1.997	10.988	2
	<u>3.994</u>	<u>21.976</u>	<u>1.598</u>
Aplicações financeiras			
Renda fixa - CDB .....	4.590		
Renda fixa - CDB Compromissada .....	23.503		
	<u>28.093</u>		
	<u>30.080</u>		



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. As transações com partes relacionadas resumem-se a doações realizadas ao Instituto CSU, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho promovendo sua inclusão social por meio de cursos gratuitos de informática.

Table with 3 columns: Empresa, 31 de dezembro 2010, 31 de dezembro 2009. Rows: Instituto CSU.

7.2. Remuneração aos administradores: A remuneração por serviços prestados, paga ou a pagar, pelo

peço-chave da administração, que inclui os conselheiros de administração e diretores estatutários, cujo valor-limite global foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010, foi fixado em R\$ 4.730, está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Salários e encargos sociais, Pagamento baseado em ações, Gratificações. Rows: 31 de dezembro 2010, 31 de dezembro 2009.

15.3. A movimentação do passivo judicial nos exercícios de 2010 e de 2009 está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Saldo no início do exercício, 2010, 2009. Rows: Adições, Baixas, Estornos, Transferência para REFIS, Atualizações monetárias, Saldo no fim do exercício.

15.4. Natureza dos passivos judiciais: A companhia no curso normal de suas operações é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, suportada pela opinião de seus consultores legais externos.

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Tributárias, Cíveis, Trabalhistas.

16. COMPROMISSOS

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebra contratos de aluguel e de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue: (a) Contratos de aluguel: Em 31 de dezembro, os contratos de aluguel vigentes possuem prazos de até quatro anos renováveis. Os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Table with 3 columns: Ano, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

(b) Fianças bancárias: Em 31 de dezembro, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias apresentam as seguintes composições:

Table with 3 columns: Modalidade, 31 de dezembro 2010, 31 de dezembro 2009. Rows: Fianças bancárias garantindo Contratos de aluguel (i), Processos judiciais (ii), Contratos de prestação de serviços (iii).

(i) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento dos contratos de locação de imóveis; (ii) Garantia prestada por instituições financeiras para substituir depósitos judiciais em processos movidos contra a Companhia; (iii) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento de contratos de prestação de serviço a clientes.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital: O capital subscrito e totalmente integralizado é composto por 48.571.597 ações ordinárias, sem valor nominal. 17.2. Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente em caso de destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

17.3. Ações em Tesouraria: Em 2 de junho de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre o Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria visando, preferencialmente, suportar o Plano de opções de ações mencionado na Nota 20, para posterior alienação ou cancelamento. O Conselho de Administração entendeu ser oportuna a aquisição de ações da Companhia considerando a condição conjuntural de mercado e o preço das ações em Bolsa naquele momento, assim como a disponibilidade de recursos em caixa. A critério da diretoria poderiam ter sido adquiridas até 800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 4,4% das ações em circulação no mercado, cujo prazo de aquisição foi de até 365 dias a contar da data de deliberação do programa, ou seja, até 2 de junho de 2010.

O programa foi concluído com a aquisição de 798.500 ações ordinárias, correspondendo a 2,8% das ações em circulação no mercado e a 1,2% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$ 5,82 por ação, sendo o custo mínimo R\$ 4,40, o máximo R\$ 8,44.

Em 3 de novembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre outro Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, visando maximizar a geração de valor para os acionistas, tendo em vista o valor de cotação das ações da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo e, também, como forma de garantir a boa gestão do programa de Stock Options e remuneração de funcionários atrelada ao seu desempenho e permanência na Companhia. Neste programa, a critério da diretoria, poderão ser adquiridas até 800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondendo a 3,75% das ações em circulação no mercado (conforme definido no artigo 5º da Instrução CVM nº 10/80) as quais, em 3 de novembro de 2010, somavam 21.327.363 ações ordinárias. A aquisição deverá respeitar o limite do saldo de lucros ou reservas da Companhia, exceto a reserva legal, conforme determinação legal vigente, com prazo de aquisição de um ano a partir de 12 de dezembro de 2010. Até 31 de dezembro de 2010, no âmbito deste programa, a Companhia adquiriu 294.300 ações de emissão própria, correspondendo a 1,39% das ações em circulação no mercado e a 0,61% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$ 6,92 por ação, sendo o custo mínimo a R\$ 6,68 e o máximo a R\$ 7,26.

Considerando as 798.500 ações da Companhia adquiridas no programa concluído em junho de 2010, mantidas ainda em tesouraria e, no caso da Companhia vir a adquirir a integralidade das ações permitidas no programa autorizado em novembro de 2010, a Companhia poderá vir a manter 1.598.500 ações em tesouraria que, considerando o total de ações em circulação acima mencionado, reduzido dessas aquisições, corresponderá a 7,76% das ações ordinárias em circulação. Com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, o valor-limite para manutenção de ações em tesouraria soma R\$ 27.596.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com as disposições estatutárias, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em reunião realizada em 21 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o crédito a seus acionistas de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), apurados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no valor bruto de R\$ 7.760. De acordo com o artigo 36 do estatuto social da Companhia, o JSCP será imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal, com pagamento disponibilizado em 14 de janeiro de 2011.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 0,1700 por ação, totalizando R\$ 8.027, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária a ocorrer em abril de 2011, apurados conforme a seguir:

Table with 2 columns: Destinação, Valor. Rows: Lucro líquido do exercício de 2010, Reserva legal - 5%, Reserva de retenção de lucros, Dividendos propostos - 50%, sendo Juros sobre capital próprio, Dividendos a deliberar.

No exercício de 2009, não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio. No exercício de 2010 houve a deliberação de pagamento de dividendos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, no montante de R\$ 7.099, apurados conforme a seguir:

Table with 2 columns: Lucro líquido do exercício de 2009, Valor. Rows: (de acordo com o BR GAAP antigo), Absorção de prejuízos acumulados, Lucro ajustado, Destinação, Reserva legal - 5%, Reserva de retenção de lucros, Dividendos propostos - 40%.

19. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 2010 e 2009 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação: (a) Disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos, financiamentos e arrendamentos, outros ativos circulantes e contas a pagar - Os valores contabilizados aproximam-se dos valores justos. (b) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. (c) Risco de liquidez: E o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas estratégias de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente, em adição a uma política de negociação ativa de limites operacionais disponíveis junto a instituições financeiras de pelo menos 1,2 vez o faturamento mensal médio. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por ano de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Table with 5 columns: 2011, 2012, 2013, 2014, 2015. Rows: Fomecedores, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento mercantil, Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa futuros nominais contratuais (não descontados), não conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. (d) Risco de mercado: A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrente de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamentos. Com base nos resultados da Companhia, o risco de mercado é a perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de juros e nos preços de mercado. (e) Risco com taxa de juros: A exposição da Companhia a riscos das taxas de juros está relacionada principalmente à variação do CDI sobre seus empréstimos e financiamentos e contratos de arrendamento mercantil. As taxas de juros e vencimentos sobre esses contratos estão apresentadas na Nota 10. O risco de volatilidade dos juros está basicamente atrelado à variação do CDI. O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor de mercado dos financiamentos aproxima-se dos valores contabilizados. (f) Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamentos de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. (g) Derivativos: Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos. (h) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: A Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, aprovou o CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciando, dispondo sobre a divulgação de quadro de análise de sensibilidade. O risco associado às transações relevantes mantidas pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, o qual como o indexador de remuneração dos saldos de Aplicações S.A. e dos saldos de Financiamentos e de Arrendamento mercantil financeiro, todos com spreads pré-fixados. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos Itens financeiros acima, a qual a Companhia estava exposta na data de 31 de dezembro de 2010, foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a taxa média anual do CDI para o ano de 2011; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os saldos de Aplicações financeiras, os cenários II e III consideram depreciação das taxas. Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para o período de um ano correspondente ao exercício de 2011, apresentados a seguir.

9. INTANGÍVEL

Table with 3 columns: Custo total, Amortização acumulada, Em 1º de janeiro de 2009. Rows: Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos, Veículos, Software Vision Plus, Outros, Raul Sule Marketsystem, Ações.

A amortização do exercício alocada ao custo dos serviços prestados totaliza R\$ 12.082 (R\$ 13.616 em 2009) e às despesas operacionais R\$ 820 (R\$ 24.913 em 2009, como resultado de transferências do grupo de Imobilizado). (a) Na rubrica "Sistemas customização", são registrados os gastos incorridos na customização dos sistemas (substancialmente os sistemas Vision Plus e Card 24 - vide abaixo) utilizados na prestação de serviços aos clientes. (b) Os custos com o software Vision Plus estão sendo amortizados por um período de 12 anos a partir de 1º de janeiro de 2010 (doze anos até 2009, conforme laudo anteriormente emitido por peritos avaliadores independentes, refletindo a vida útil remanescente para esse ativo, contados a partir de 1º de abril de 2007). (c) Software Card 24 - Projeto Caixa Econômica Federal - Trata-se de contrato firmado em maio de 2005 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF), compreendendo duas fases, sendo a primeira a implementação de solução integrada de processamento de cartões no ambiente tecnológico da CEF e, a segunda, a prestação de serviços de processamento de cartões, nessa solução, por um período de 24 meses.

A Companhia cumpriu a primeira fase dentro das condições contratuais e tratativas realizadas com a CEF, porém não reconhecida por esta. Após tentativas de entendimentos entre as partes, sem sucesso, a Companhia ingressou com medidas judiciais no ano de 2007 e, a CEF, em 2008, rescindiu de forma administrativa o Contrato.

Em agosto de 2007, a Companhia propôs Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, objetivando comprovar os serviços prestados referentes à primeira fase e resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos, tendo em dezembro de 2007 proposto Ação Ordinária pleiteando o ressarcimento e a indenização pelos danos causados à Companhia, em decorrência da referida rescisão contratual. A CEF também pleiteia ações indenizatórias contra a Companhia.

A Medida Cautelar acima citada foi deferida em 2009, cumprindo as partes os requisitos legais exigidos, restando apenas a realização da perícia judicial.

A administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessas ações judiciais será favorável à Companhia.

A seguir resumiamos os saldos em 31 de dezembro de 2010 relacionados ao Projeto CEF:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Intangível - sistemas de customização, Intangível - software Card 24, Total - sistemas de customização e software.

(d) O saldo de ativo na aquisição de investimentos refere-se ao resultado das incorporações dos ativos líquidos da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem e da Raul Sul S.A., amortizados até o final do exercício de 2008, sendo testado anualmente pela administração, para fins de avaliação de recuperabilidade, a partir de janeiro de 2009.

Os testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos com vida útil indefinida foi efetuado de acordo com o CPC 01, considerando sua recuperação pelo valor, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em projeções de crescimento contidas no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As taxas de crescimento que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua. A taxa de desconto utilizada foi de 11,07% a.a. O resultado do teste não indicou perda de valor a ser reconhecida.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Passivo circulante, Contas garantidas (i), Arrendamento mercantil financeiro (ii), Financiamentos (ii).

(i) Operações indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As operações contratadas em 31 de dezembro de 2010 apresentam spread de 0,28% a.m., sem prazo de vencimento definido e características de curto prazo. (ii) Saldos compostos basicamente por operações indexadas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2010 a operação com menor spread era de 0,10% a.m. e a maior com spread de 0,35% a.m. (a) Composição do saldo no passivo não circulante, por ano de vencimento:

Table with 4 columns: Ano de vencimento, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

(b) Os financiamentos são garantidos por recebíveis no montante de R\$ 29.000 (R\$ 52.000 em 2009) e os contratos de arrendamento mercantil são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos. (c) As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Os saldos de salários e encargos sociais são compostos como segue:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Salários a pagar, Encargos sociais, Provisão de férias, Provisão para gratificação a gestores, Outros.

12. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS TRIBUTOS A COMPENSAR E RECOLHER

Os saldos de impostos e contribuições a compensar e a recolher são compostos como segue:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: A compensar, Ativo circulante, Imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda, Contribuição social.

Demaís impostos a compensar PIS e COFINS INSS Outros

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: PIS e COFINS, INSS, Outros.

A recolher

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Passivo circulante, Imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda, Contribuição social.

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Demaís impostos a recolher, Imposto de renda retido na fonte, ISS, ISS parcelado, PIS e COFINS, Outros.

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Passivo não circulante, ISS parcelado, ISS, PIS e COFINS, Outros.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Ativo não circulante, Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, Diferenças temporárias, Provisão para contingências, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outros provisões, Regime Tributário de Transição (RTT), Plano de opções de ações, AVP de contas a receber de longo prazo.

(b) Período estimado de realização: A expectativa da administração da Companhia é de que os créditos fiscais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 15.958, serão realizados nos próximos quatro anos, enquanto os débitos fiscais diferidos em sete anos. Em relação aos prejuízos fiscais base negativa de contribuição social, a expectativa da administração é de recuperação integral no ano de 2011. Abaixo é apresentado o cronograma estimado de realizações:

Table with 3 columns: Ativo, Passivo, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017.

As expectativas de recuperação dos créditos fiscais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras e de negócios, aprovadas pelos órgãos da administração da Companhia. Portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Table with 3 columns: 2010, 2009. Rows: Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas vigentes na legislação (25% e 9%, respectivamente), Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva, Despesas não dedutíveis (incluindo doações), Adicional de 10% da base de IRPJ, Incentivos fiscais, Juros sobre o capital próprio, Outros, Imposto de renda e contribuição social no resultado.

Alíquota efetiva - %

(d) Regime Tributário de Transição (RTT)

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A partir do ano-calendário de 2010, sua adoção passou a ser obrigatória.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, a Companhia utilizou as prerrogativas definidas no RTT.

14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

Como resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 houve a regularização de seu passivo fiscal com redução dos encargos legais devidos na ordem de R\$ 4.793, reconhecidos no resultado financeiro do exercício de 2009. O saldo do passivo, circulante e não circulante, será liquidado em 60 meses após a consolidação pela Receita Federal do Brasil, ainda não ocorrida.

Pela adesão ao novo programa de parcelamento, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

A movimentação dos valores devidos é demonstrada como segue:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Em 1º de janeiro de 2009, Reversão do AVP - Nota 28.3 item (iv), Adições, Atualização monetária, Pagamentos efetuados, Em 31 de dezembro de 2009, Atualização monetária, Pagamentos efetuados, Em 31 de dezembro de 2010, Passivo circulante, Passivo não circulante.

15. PASSIVOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

15.1. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos judiciais:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Tributários, Trabalhistas e previdenciários, Reclamações cíveis.

15.2. Os valores apresentados abaixo correspondem ao saldo de depósitos judiciais, relacionados ou não a processos judiciais provisionados, classificados no ativo não circulante:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows: Tributários, Trabalhistas e previdenciários, Reclamações cíveis.



CSU CardSystem S.A. | CNPJ nº 01.896.779/0001-38

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativos (passivos) financeiros		Risco	Receitas (despesas) financeiras		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	Aplicações financeiras	26.083			CDI 3,285 12,22%	2.502 9,17%
Arrendamento mercantil financeiro	(25.636)	(27.262)	CDI (4,791) 12,22%	(5.294) 15,28%	(5.775) 18,33%	
Financiamentos	(28.234)	(39.197)	CDI (2,925) 12,22%	(3.440) 15,28%	(3.933) 18,33%	

**20. PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES**

Na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2007 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do *website* da Companhia [www.csu.com.br](http://www.csu.com.br) e atribuído ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano. Até 31 de dezembro de 2010 foram emitidos os seguintes Programas de Opção de Compra de Ações: **(a) Programa de 2007:** O Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 contempla 11 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,12% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 56,4 mil ações ordinárias. As opções podem ser resgatadas desde 29 de maio de 2010, com um ciclo de carência, que corresponde ao seguinte: 50% do lote de ações outorgadas a partir do término do segundo ano e 50% a partir do término do terceiro ano. **(b) Programa de 2008:** O Programa de Opção de Compra de Ações de 2008 contempla 21 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,43% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 207 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas a partir de 27 de abril de 2011, com o mesmo ciclo de carência do Programa de 2007, descrito acima. O preço de concessão foi baseado no valor médio de mercado das ações da Companhia nos últimos 40 pregões da BOVESPA anteriores à data de aprovação da indicação dos beneficiários e será atualizado de acordo com a variação do IPCA desde a outorga das opções até o mês anterior ao exercício da opção. O beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, exercer ou não as suas opções à medida que estas forem se tornando exerceáveis, ou postergar este exercício para o momento que julgar mais adequado, desde que seja respeitado o prazo máximo, que é de 6 (seis) anos, contados a partir da outorga do respectivo programa anual. O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações ordinárias até 31 de dezembro de 2010, considerando-se que ainda não houve exercício para esse programa das opções de compra de ações ordinárias.

	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Preço na data da concessão
Concedidas em abril de 2009	207.000	4,73
Opções exercidas	-	-
Opções canceladas	5.000	-
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	202.000	-

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias em vigor em 31 de dezembro de 2010:

Programa	Faixa de preço de exercício na data da concessão - reais	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Opções exercíveis em vigor	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício - reais
2008	0,00 - 4,99	202.000	41	4	4,71
2007	10,00 - 19,99	56.370	29	2	11,78

O valor justo das opções outorgadas, estimado na data de outorga, utilizou o modelo de precificação de opções Black & Scholes com as seguintes premissas:

	29 de maio de 2008	27 de abril de 2009
Preço de exercício - reais	4,78	4,73
Volatilidade esperada - %	32,20	34,50
Taxa de juros livre de riscos - %	10,13	13,48
Vida esperada (em anos)	6	6
Rendimento de dividendos sobre preço de exercício - %	2,10	0,87
Valor justo na data de outorga - reais	1,22	2,53

No período findo em 31 de dezembro de 2010, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações Ordinárias, no montante de R\$66 (2009 - R\$99).

**21. SEGUROS**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	
	31 de dezembro 2010	2009
Seguro compreensivo empresarial	168.255	208.626
Execução de prestação de serviços	1.470	7.469
Responsabilidade civil	5.340	7.501
Seguro de veículos	4.500	4.500
	<u>179.565</u>	<u>228.096</u>

**22. RECEITA LÍQUIDA**

	31 de dezembro 2010	2009
Receita bruta de prestação de serviços	412.777	426.452
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	(9.915)	(10.090)
Programa de Integração Social (PIS) e COFINS	(19.552)	(21.530)
Receita líquida de prestação de serviços	<u>383.310</u>	<u>394.832</u>

**23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Custo dos serviços prestados		Despesas com vendas, gerais e administrativas	
	2010	2009	2010	2009
Mão de obra	144.566	141.752	28.734	25.827
Consumo de cartões	2.312	3.717		
Consumo e entrega de prêmios	13.968	13.689		
Materiais operacionais	1.926	2.242	228	39
Expedição	29.037	42.738	173	161
Comunicação	9.064	11.348	1.126	995
Serviços contratados	5.534	6.405	7.544	6.475
Equipamentos/móveis	4.760	4.802	487	295
Aluguel/manutenção de software	2.851	2.004	981	638
Depreciação e amortização	21.257	33.057	1.908	2.565
Ocupação	28.941	21.938	4.752	4.074
Propaganda/relacionamento	22	12	2.230	4.905
Outros	4.483	5.167	9.057	11.466
	<u>268.721</u>	<u>288.871</u>	<u>57.220</u>	<u>57.440</u>

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	2010	2009
Receita de aplicação financeira	1.464	3.830
Juros e multa moratória ativa	5.294	3.426
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(7.376)	(11.357)
IOF	(270)	(1.127)
Variação monetária passiva	(3.154)	(3.565)
Despesas bancárias	(462)	(431)
Juros e multa moratória passiva	(1.042)	(3.869)
Ganho na adesão do REFIS		4.793
Outros	(104)	(8)
	<u>(12.408)</u>	<u>(15.564)</u>
	<u>(7.114)</u>	<u>(12.138)</u>

**25. GASTOS COM REESTRUTURAÇÃO**

Os gastos com reestruturação são referentes aos investimentos realizados nos sites de Call Center de Recife e Alphaville, realizados no período de março de 2009 a abril de 2010 (R\$ 6.997), que inclui depreciação de R\$885, referente ao exercício findo em 2010 (R\$836 em 2009). Com o programa de reestruturação foram criadas novas estruturas operacionais com o objetivo de ampliar a rentabilidade na unidade de negócio CSU.Contact, garantindo o nível de serviço e a qualidade de vida dos colaboradores.

**26. LUCRO POR AÇÃO**

**(a) Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 17.3). **(b) Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não manteve, no exercício de 2010 e de 2009, assim como entre a data das demonstrações financeiras e a data de sua conclusão, instrumentos conversíveis em ações, tampouco opções ou bônus de subscrição passíveis de serem exercidos. Dessa forma, para a Companhia, o Lucro por ação diluído é igual ao Lucro por ação básico.

	31 de dezembro 2010	2009
Resultado básico e resultado diluído por ação		
Numerador (em milhares de reais)		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias	33.052	16.985
Denominador (em milhares de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria)	47.795	48.348
Resultado básico e resultado diluído por ação em reais	<u>0,6915</u>	<u>0,3513</u>

**27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. Resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre CSU.CardSystem e CSU.Contact, está demonstrado a seguir:

	CSU.CardSystem		CSU.Contact	
	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de prestação de serviços	222.876	233.705	160.434	161.127
Custo dos serviços prestados	(119.586)	(139.378)	(149.135)	(149.493)
Lucro Bruto	103.290	94.327	11.299	11.634
Despesas operacionais	(35.354)	(38.172)	(24.340)	(24.527)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	67.936	56.155	(13.041)	(12.893)
(-) Depreciação e amortização	15.893	19.265	7.272	16.356
EBITDA (LAJIDA)	<u>83.829</u>	<u>75.420</u>	<u>(5.769)</u>	<u>3.463</u>

**28. ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs, tendo sido aplicados o CPC 37 e CPC 43 na sua preparação, considerando as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e os IFRSs nessa data.

**28.1. Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia**

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva: **(a) Isenção de combinação de negócios:** A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios, descritos na Nota 9, que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição. **(b) Isenção do valor justo como custo atribuído:** A Companhia não efetuou ajuste de custo atribuído, conforme indicado na interpretação ICPC 10, considerando a dinâmica dos negócios que demandam investimentos constantes para atualização dos equipamentos e softwares aplicados que, por fim, mantém esses ativos a valores atualizados.

As isenções opcionais remanescentes, listadas a seguir, não foram adotadas, por não se aplicarem às transações mantidas pela Companhia ou porque as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já se encontram alinhados com essas transações na data de transição:

- isenção das diferenças acumuladas de conversão;
- pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis;
- contratos de seguro;
- ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures;
- instrumentos financeiros compostos;
- passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos;
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12.

**28.2. Exceções da aplicação retrospectiva seguida pela Companhia**

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva. **Exceção das estimativas** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas, ou não são aplicáveis à Companhia:

- contabilização de hedge;
- reversão de ativos e passivos financeiros;
- participação de não controladores.

**28.3. Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs**

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs, nos Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2009 e de 1º de janeiro de 2009, e na Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	1º de janeiro de 2009	
	De acordo com o BR GAAP antigo	De acordo com os IFRS/CPCs
Ativo		
Circulante	82.672	82.672
Não circulante	204.760	7.668
(i), (ii), (iv) Realizável a longo prazo	39.320	7.668
Ativo permanente	165.440	165.440
	<u>287.432</u>	<u>7.668</u>
Passivo		
(i), (iv) Circulante	107.493	(2.324)
(i), (ii), (iv) Não circulante	61.426	9.104
(iv) Patrimônio líquido	118.513	888
	<u>287.432</u>	<u>7.668</u>

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

demonstrativo elaborado pela administração para destinação do resultado e o orçamento de capital. Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 18 de março de 2011

**Gilberto Braga**  
**Luciano Carvalho Ventura**  
**Sérgio Tuffly Sayeg**

**CONSELHO**

<b>Marcos Ribeiro Leite</b> Presidente do Conselho	<b>Alexandre Eduardo Vasarhelyi</b> <b>Alvaro Antônio Cardoso de Souza</b>	<b>José Reinaldo Tosi</b> <b>Paulo Gabriel Godinho Delgado</b>	<b>Ricardo José Ribeiro Leite</b> <b>Rubens Barbosa</b>
---	---	---	--

**DIRETORIA**

<b>Marcos Ribeiro Leite</b> Diretor Presidente	<b>Ricardo José Ribeiro Leite</b> Diretor Financeiro	<b>Mônica Hojaij Carvalho Molina</b> Diretora de RI e Desenvolvimento Corporativo	<b>Luis Guilherme Prates</b> Diretor CSU.Contact	Contador responsável <b>Sérgio Luiz da Silva Ribeiro</b> - CRC 1RJ 078679/O-7 "S" SP
---	---	--	---	---

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSU CardSystem S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Outros assuntos** **Informação suplementar-demonstração do valor adicionado** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

	31 de dezembro de 2009	
	De acordo com o BR GAAP antigo	De acordo com os IFRS/CPCs
Ativo		
(i) Circulante	80.734	(7.692)
Não circulante	198.313	21.440
(i), (ii) Realizável a longo prazo	30.507	21.440
Ativo permanente	167.806	167.806
	<u>279.047</u>	<u>13.748</u>
Passivo		
(i), (ii) Circulante	83.850	(2.651)
(i), (ii) Não circulante	64.510	15.387
(iii) Patrimônio líquido	130.687	1.012
	<u>279.047</u>	<u>13.748</u>

**Demonstração do resultado do exercício**

	31 de dezembro de 2009	
	De acordo com o BR GAAP antigo	De acordo com os IFRS/CPCs
Receitas de prestação de serviços	426.452	426.452
Deduções da receita bruta	(31.620)	(31.620)
Receita líquida de prestação de serviços	394.832	394.832
Custos operacionais	(288.871)	(288.871)
Lucro bruto	105.961	105.961
Despesas/receitas operacionais		
Com vendas	(4.905)	(4.905)
Gerais e administrativas	(52.535)	(52.535)
Gastos com reestruturação	(5.458)	(5.458)
(iv) Resultado financeiro	(10.793)	(1.345)
Outras receitas operacionais	(5.259)	(5.259)
	<u>(78.950)</u>	<u>(1.345)</u>

(iv) Lucro operacional antes da contribuição social e do imposto de renda ..... 27.011 (1.345) 25.666 (iv) Imposto de renda e contribuição social ..... (9.138) 457 (8.681) Lucro líquido do exercício ..... 17.873 (888) 16.985

(i) De acordo com o CPC 26, os saldos de impostos diferidos ativos e passivos devem ser classificados como não circulantes, pelo seu valor líquido. Os saldos de impostos diferidos anteriormente classificados como ativo circulante em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 7.692, foram reclassificados para o ativo não circulante e, os saldos de impostos diferidos anteriormente no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 1.639 e R\$ 7.425, respectivamente (R\$ 2.168 e R\$ 7.811 em 1º de janeiro de 2009, respectivamente), foram reclassificados para o ativo não circulante.

(ii) De acordo com o CPC 26, uma entidade não deve apresentar ativos e passivos, bem como receitas e despesas, de forma líquida, a menos que requerido ou permitido pela legislação. No caso do saldo de depósitos judiciais, a entidade deve apresentá-lo separadamente do passivo judicial uma vez que não atende o critério de apresentação líquida. O valor de R\$ 22.812 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 18.104 em 1º de janeiro de 2009) representa o saldo de depósitos judiciais relacionados a passivos judiciais. (iii) De acordo com o CPC 24, somente os dividendos obrigatórios são reconhecidos como um passivo antes da deliberação dos acionistas. O valor de R\$ 1.012 representa a parcela que excede o dividendo mínimo de 25%, revertido do passivo circulante para o patrimônio líquido. (iv) De acordo com o CPC 12, os ativos e passivos financeiros não circulantes, bem como aqueles classificados no ativo e passivo circulantes com impacto relevante, devem ser reconhecidos ao seu valor presente na data das transações. O valor bruto de R\$ 1.345, com efeito de imposto de renda diferido passivo de R\$ 457, representava ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 o montante remanescente do ajuste a valor presente sobre a dívida com o Programa de Refinanciamento Excepcional de Débitos para com a Receita Federal aprovado pela MP nº 303/2006 (REFIS III), ao qual a Companhia aderiu em setembro de 2006. A dívida pelo REFIS III sofria atualização pela TJLP, na ordem de 0,625% a.m. quando a dívida foi consolidada e homologada, enquanto a Companhia utilizou a taxa SELIC para desconto a valor presente, que representava 1,06% a.m.

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a adesão ao Programa de Redução e Parcelamento de Tributos instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2006 (REFIS IV) e, no âmbito do divulgado na Nota 14, o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS III foi incluído no REFIS IV, cuja taxa de atualização aplicada é a SELIC. Desta maneira, houve o desreconhecimento integral do saldo do ajuste a valor presente anteriormente reconhecido.

**28.4. Efeitos no resultado e no patrimônio líquido nos trimestres de 2009 e 2010 decorrentes da plena adoção das normas de 2010**

Relativamente ao exercício de 2009, não há alterações a reportar nos respectivos resultados intermediários. A administração está depurando, em bases trimestrais, os efeitos líquidos no resultado e patrimônio líquido no exercício de 2010 pela plena adoção das normas neste exercício com impacto nos resultados intermediários, sendo a única alteração a ser reportada a diminuição da depreciação e amortização, bem como aumento no valor residual de bens baixados, advindos da reavaliação da vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível, apropriados no exercício de 2010